



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0003201-63.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
 Requerente: **Wellerson Tadao da Silva Sakai e outro**
 Requerido: **DEFENDE CONSULTORIA E ACESSORIA JURÍDICA PARTICULAR e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DE C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter contratado a ré para a prestação de serviços jurídicos consistentes em ingressar com duas ações cíveis, uma para regularizar a venda de um imóvel e a outra relativa a seu divórcio direto.

Alegou ainda que pagou por esses serviços a quantia de R\$ 1.250,00, mas a ré não diligenciou o ajuizamento das ações.

Almeja à rescisão do contrato e à restituição do valor pago.

O documento de fl. 02 respalda a versão do autor.

Consiste em recibo emitido pela ré relativo a três importâncias, cada uma delas concernente a uma situação específica.

Nota-se de início que o autor não questiona os serviços relativos ao processo de alimentos (na verdade, pelo que foi apurado seria execução de pensão alimentícia), implementados regularmente.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

O pleito exordial atina aos demais, vale dizer, os serviços para a regularização de imóvel (R\$ 500,00) e os atinentes ao divórcio direto (R\$ 750,00).

Sobre o último aspecto, a ré em contestação não refutou os fatos articulados pelo autor, os quais em consequência se reputam como verdadeiros.

Nesse contexto, patentado o pagamento e não prestados os serviços a ele relativos, a devolução proclamada é de rigor.

A mesma solução aplica-se aos serviços para a regularização de imóvel do autor.

Sustentou a ré que essa regularização estava dependendo de providências da Prefeitura Municipal e que em outra ação a questão foi dirimida.

Não lhe assiste razão, porém.

Com efeito, o processo aludido na peça de resistência é aquele cristalizado nos documentos de fls. 46/57, o qual foi distribuído em março de 2012 (fl. 48).

Não houve pelo que se vê dessas provas uma única medida tomada em prol do autor, o que se justificaria porque os interesses dele e da autora da demanda (Ana Aparecida de Jesus de Mello) seriam comuns (a contestação foi explícita nesse sentido, inclusive – fl. 19, segundo parágrafo).

Entretanto, tal circunstância não favorece a ré, seja porque o pagamento tratado nos autos aconteceu em janeiro de 2013 (isto é, muito tempo após a propositura da ação que tramitou pelo r. Juízo da 2ª Vara Cível local), seja porque como assinalado a partir do mesmo ela não praticou ato concreto em nome do autor.

Valeu-se em última análise de feito que já estava em curso e que poderia resolver a situação posta, o que reforça a convicção de que inexistiu contraprestação específica a propósito do desembolso de fl. 02.

A conjugação desses elementos, aliada à inexistência de outros que apontassem para direção contrária, impõe a procedência da ação.

Ressalvo, por oportuno, a forma no mínimo insólita da ré em perceber valores para a prestação de serviços jurídicos sem ser habilitada para tanto.

Já no que concerne ao pedido contraposto feito pela ré, não vinga à míngua de comprovação bastante dos comportamentos atribuídos ao autor.

Somente a testemunha Gabriela Francine Soares fez alusão a atos grosseiros e a ofensas que teriam sido proferidas pelo autor, mas isso por si só não é suficiente para demonstrar com a indispensável segurança a verificação de danos morais passíveis de ressarcimento.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE a ação e IMPROCEDENTE o pedido contraposto** para declarar a rescisão do contrato firmado entre as partes e a inexigibilidade de qualquer débito a cargo do autor, bem como para condenar a ré a pagar ao autor a quantia de R\$ 1.250,00, acrescida de correção monetária, a partir de janeiro de 2013 (época do desembolso de fl. 02), e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento da importância aludida no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 22 de agosto de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**